



**Curso:** 20263: Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis - Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - Esan  
**Disciplina:** 20263013 - Controladoria e Governança Pública  
**Docente(s):** Luiz Miguel Renda dos Santos  
**Oferta:** 2019/1

## EMENTA

O orçamento e a contabilidade pública de acordo com os padrões internacionais. Modelos prestação de contas para com a sociedade, bem como estudar e discutir temas atuais sobre finanças públicas com a perspectiva do desenvolvimento e enriquecimento da cidadania.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Apresentação do plano de ensino e da metodologia a ser adotada.
- Elementos/Conceitos Fundamentais da Controladoria, da Governança e Histórico da Administração Pública na Perspectiva Financeiro-Orçamentária
- Planejamento Orçamentário Governamental
- O orçamento e a contabilidade pública de acordo com os padrões internacionais.
- Análise de Modelos Participativos no Planejamento
- Gestão Baseada em Indicadores de Desempenho da Administração Pública

## OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Abordar o conceito e as características da Controladoria e da Governança com enfoque no planejamento e orçamento público.

Os objetivos específicos:

- Contextualizar os conceitos fundamentais da Governança no setor público;
- Identificar quais as funções, os modelos e os conceitos fundamentais da Controladoria;
- Reconhecer os modelos de planejamento e orçamento junto à evolução histórica da administração pública;
- Analisar as principais funções dos indicadores de desempenho da Administração Pública;

## AVALIAÇÃO

Seminários: compõe 40% da nota

Apresentação Tutorada: compõe 20% da nota

Projeto de pesquisa com resenhas críticas: compõe 40% da nota

Form./ cálculo MA - AT \* 20% + SEM \* 40% + AC \* 40% = MF

## METODOLOGIA

Nas aulas presenciais o professor procederá a uma aula expositiva resumindo os assuntos a serem estudados no tópico da aula em questão. Essa atividade terá uma duração mínima de 30 minutos, podendo se estender até 120 minutos.

A diferença de 120 minutos que ocorrer nas aulas deve ser preenchida com os seminários e na ausência destes com estudos em grupo do tópico em questão. Por esta razão os alunos devem trazer em todas as aulas o tópico correspondente do guia didático e os artigos recomendados no tópico e avaliados pelo professor.

Seminários — Estabelecer um número de seminários no semestre possivelmente 8 (oito) cada um deles apresentado por um grupo de alunos. Duração de 40 minutos com outros 20 minutos para debate. O professor estabelecerá os temas do seminário que poderão ou não coincidir com os tópicos do guia didático (O grupo deve elencar 4 questões para debate)

Sugestão: a turma deverá ser dividida em oito grupos para efeito de trabalhos em grupo e seminários.



Todos os grupos terão como uma de suas atividades obrigatórias a produção de uma resenha do(s) tópico(s) em estudo, incluindo os artigos de leitura obrigatória. O professor listará o tópico ou tópicos que deverão ser tratados em cada resenha.

Debate - O professor indicará os tópicos possíveis para o debate. Caso seja adequado, os temas poderão ser indicados pelos próprios alunos. O professor atuará como moderador do debate, destacando os pontos mais importantes e também conduzindo a discussão. Todos os alunos deverão participar ativamente, apresentando contribuições. Cada contribuição deve ser de, no máximo, 10 minutos. Nos casos de apresentação de opiniões e questionamentos poderá ser concedido o direito à resposta. A pontuação será concedida com base na qualidade das respostas apresentadas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei 4.320 de 17 de março de 1964. 16 ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2001.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília, DF. 2009. 112 p. Disponível em: <[http://www.gespublica.gov.br/Tecnologias/pasta.2010-05-24.1806203210/guia\\_indicadores\\_jun2010.pdf](http://www.gespublica.gov.br/Tecnologias/pasta.2010-05-24.1806203210/guia_indicadores_jun2010.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (orgs.) O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV-Editora, 1999.
- CARVALHO, J.B. da C. et. al. Temas de Contabilidade Pública. Lisboa: Rei dos Livros, 1999.
- CHAN, J.L. Research in governmental and nonprofit accounting: a research annual. Greenwich: Jai Press, 1986.
- COELHO, Daniela Miguel. QUINTANA, Alexandre Costa. Análise do Desempenho Econômico e Financeiro de entidades da Administração Pública Direta: um caso da Prefeitura Municipal de Rio Grande (RS). Revista Cont. Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1, maio-ago. 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5552/4035>>. Acesso em: 03 mar 2016.
- GIACOMONI, James. Controle e Avaliação da Execução Orçamentária. In: \_\_\_\_\_. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 340-366.
- JANNY TEIXEIRA, H.; SANTANA, S. M. (coords.) Remodelando a Gestão Pública: uma revisão dos princípios e sistemas de planejamento, controle e avaliação de desempenho. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 1994.
- KOHAMA, H. Contabilidade Pública: teoria e prática. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MELLO, Gilmar Ribeiro de; BITENCOURT, Ana Carolina Esteves dos Passos; MAGALHÃES, Arthur Olivares de; SLOMSKI, Valmor. Nível de disclosure do orçamento público federal brasileiro. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 26, n. 1, p. 42-53. Jan.-Abr. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3579>>. Acesso em: 03 mar 2016.
- SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.
- SLOMSKI, V. et al. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2007.

### **Bibliografia Complementar:**

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: file: <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/home/home.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2016.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Dez passos para a boa governança / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: file: <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/home/home.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2016.
- FARIA, Cláudia Feres. Fóruns participativos, controle democrático e a qualidade da democracia no Rio Grande do Sul: a experiência do governo Olívio Dutra (1999-2002). Opinião Pública, Campinas, v. 12, n. 12, p. 378-406.



Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**  
**Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP)**  
**Plano de Ensino**



Nov. 2006. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n2/07.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

- JOHNSON, B. B. et. al. Serviços Públicos no Brasil Mudanças e Perspectivas - concessão, regulamentação, privatização e melhoria da gestão pública. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 1996.
- LIMA, D.V de.; CASTRO, R. G. de. Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). São Paulo: Atlas, 2000.
- MUSCRAVE, R. A.; MUSCRAVE, P.B. Public Finance in Theory and Practice. 5 ed. Singapore: Mcgraw-Hill, 1989.
- MUSCRAVE, R. A. Teoria das Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 1973.
- NAA BULLETIN. New York: NAA, 1957.
- RAMADHAN, Sayel. Budgetary accounting and reporting practices in Bahraini governmental units: an empirical study. International Business Review, Belgium: EIBA v. 18, p. 168-183, 2009. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096959310900002X>>. Acesso em: 6 mar. 2016.